

Ao

TRE- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA  
Ilmo. Sr(a). Pregoeiro(a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº. 46/2020

ULEMÁ PEREIRA CAMPOS-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita ao CNPJ sob o nº. 42.044.818/0001-56, sito à Rua Felinto Marques Cerqueira, nº 603, Bairro: Capuchinhos, Feira de Santana-Bahia, Cep:44076-040; email:modelpersianas@yahoo.com.br; Tel:75 36250033/ 75 991570033, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem com fulcro no inciso XVIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, apresentar

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Nos termos do Artigo 41, parágrafo segundo da Lei 8.666/93 pelos seguintes fundamentos de fato e de direito que a seguir passa a expor:

#### I - Do Mérito

Ocorre, que da análise de referido edital de licitação e seus anexos, itens 9 e 13 (R\$ 44,77 m²) é possível verificar que os preços estimados para o fornecimento do material, são totalmente inexequíveis, que justificam a presente impugnação, conforme será demonstrado em tabela de preço do fornecedor.

PERSIANA VERTICAL TÊCIDO/PVC 89 MM		
1	COLEÇÕES	STANDARD unidade
2	TRANSLÚCIDAS	
3	Açores (057) *consultar	57,80 m²
4	Alta (040)	71,29 m²
5	Cedro (051)	79,00 m²
6	Contrast *consultar	49,09 m²
7	Europa (006)	57,81 m²
8	Júlia (021)	75,15 m²
9	Letter (018)	80,93 m²
10	Linho (053)	73,23 m²
11	Maia (056) *consultar	57,81 m²
12	Marajó (052)	79,00 m²
13	Metalizada (037)	121,39 m²
14	Monaco (043)	57,81 m²
15	Natura (042)	73,23 m²
16	New Arezzo (054)	90,46 m²
17	Huance (001)	49,09 m²
18	Screen Filtrasol (025)	115,60 m²
19	Semi-Blackout Privace (045)	65,11 m²
20	Shangai (004)	49,09 m²
21	Shantung (005)	71,29 m²
22	Soleil (002)	52,03 m²
23	String (lâminas de tecido)	132,13 m²
24	Strip	80,93 m²
25	Tradicional (024)	72,81 m²
26	Tropical (050)	80,93 m²

No valor demonstrado em tabela (TRADICIONAL (024) R\$ 72,81 m²), ainda não estão inclusos os gastos com transporte, salários e demais custos advindos de um possível fornecimento.

#### II – Do Direito

A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro.

Tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para o fornecimento do produto.

Ainda, vale frisar que o particular, a contrário da Administração Pública, visa o lucro na contratação. No entanto, o valor estimado para a prestação do serviço ora licitado, apresenta indícios de inexecutabilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir custos tais como, o salário, os encargos incidentes sobre os salários, os insumos, taxa administrativa / lucro e tributos somados extrapolam o valor estimado, sendo assim inexecutável contratar por tal valor. Portanto, a ilegalidade da estimada de remuneração constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito, e seus frutos sem efeito, tornando-o não adjudicatável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor.

Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório.

A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos de produção e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

“Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexecutável. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos

Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393). (grifo nosso)

Caso seja mantida a estimativa constante no edital a contratada arcará com os gastos para o fornecimento do material, o que não é permitido, configurando flagrante afronta ao princípio da legalidade e até mesmo da moralidade, pois a contratante, através de sua estimativa, tem como escopo receber um serviço sem a contraprestação justa e razoável pela execução do mesmo.


Essa situação ainda viola o princípio da razoabilidade, pois a presente estimativa não supre nem o custo de aquisição do material para fornecimento, assim, não pode ser considerado razoável.

### III – Do Pedido

Diante do exposto, solicitamos que seja acolhida a presente impugnação ao edital, seja revisto o valor estimado, e sua consequente republicação do certame.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

  
Ulemá Pereira Campos  
Representante Legal da Empresa

42.044.818/0001-56
ULEMÁ PEREIRA CAMPOS-ME
Rua Felinto Marques Cerqueira, 603
Bairro: Capuchinhos CEP:44076-040
FEIRA DE SANTANA-BAHIA